

Em primeiro lugar, o artigo de Véronique Manry e Michel Peraldi sobre a feira de Marseilha, onde se avança a ideia de que a participação nos negócios acaba por gerar, à sua maneira, “mais rede e ligação social do que a pertença a uma ‘natureza’ étnica ou comunitária” (p. 52). Por outras palavras, aqui é a economia que faz sociedade, que “funda o princípio comum de estar em conjunto na feira”, para depois se subordinar a ele (p. 57). A argumentação não é totalmente clara — tão depressa se diz que o laço assente nos negócios não cria “uma dependência forte” e que “o controlo e a pressão social se dissolvem num universo fluido, permeável à mudança” (p. 51), como se afirma, num sentido ligeiramente diferente, que “todos os actores da cadeia mercantil estão unidos por laços de dependência, de dívidas, de poder e de subordinações” (p. 54) —, nem permite dissipar todas as dúvidas acerca da interferência de sociabilidades prévias (de pendor “étnico”, familiar ou comunitário) na organização e no funcionamento da mencionada feira. Em todo o caso, estamos perante uma proposta que merece ser levada a sério.

Em segundo lugar, o artigo de Monique Le Chêne sobre a apanha de isco, que fica apenas a um pequeno passo de questionar o conceito moderno de trabalho assalariado, tão central para a economia industrializada, quando diz que os apanhadores de isco são vistos como pessoas “marginais”, “predadoras”, “esbanjadoras” (p. 167) — uma visão estereotipada aplicável a muitos outros grupos que sobrevivem à custa de expedientes diversos e flexíveis.

Digamos, para concluir, que a contextualização etnográfica é uma tarefa exigente e que por vezes se sobrepõe a tudo o resto. Sob este prisma, temos de reconhecer o valor das contribuições de *Economies Choisies?*, ainda que nem todas tenham o alcance teórico mais desejável.

Daniel Seabra Lopes

Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

SÓNIA SILVA

A VEZ DOS CESTOS. TIME FOR BASKETS

Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus e Ministério da Cultura, 2003, 186 pp.

“Damos pouca atenção aos cestos que nos rodeiam, mas os cestos estão cheios de ensinamentos. Os objectos de cestaria angolana e zambiana que agora expomos pela primeira vez revelam a criatividade e mestria dos artistas que os criaram, e das pessoas que os utilizaram; as ideias que orientaram os seus colectores e os representantes deste museu; e até a história política de Angola” (legenda da abertura da exposição *A Vez dos Cestos*).

Prestamos pouca atenção aos cestos que nos rodeiam, mas é através deles que Sónia Silva tratou a história de Angola dos últimos cem anos. Os objectos de cestaria que apresentou na exposição do Museu Nacional de Etnologia são “objectos-testemunho”, como os designava Ernesto Veiga de Oliveira, das vivências dos seus construtores e utilizadores, da história de populações sobreviventes à experiência colonial, à guerra civil, às deslocações forçadas. Sónia Silva olhou-os, estudou-os, reconstituiu a história da sua recolha, juntou novos objectos, falou com colectores e produtores, e finalmente concebeu a exposição e catálogo onde nos apanha na teias do seu encantamento por estes objectos aparentemente esquecidos na (pela) sua normalidade. A exposição, inebriante pela narrativa criada em torno dos objectos e representações expostas, viveu o tempo efémero dos conjuntos expositivos, entre 2003 e 2005. Mas o relato-descoberta em que Sónia Silva nos conduziu pela história de populações refugiadas, sobreviventes, adaptadas, ao longo último século de convulsões sociais, políticas e económicas das populações luvale de Angola, foi transposto para o catálogo-livro-objecto que escreveu e que passa além da efemeridade expositiva.

Este livro — pois trata-se de uma obra que ultrapassa os limites informativos e discursivos habituais dos catálogos expositivos — assume-se como um percurso de reconhecimento da vida social dos objectos, retratando a sua biografia em relatos vívidos. Elementos profundamente imbuídos da história social de Angola, pela visão de Sónia Silva os cestos falam-nos diferentemente de três épocas da história de Angola: até

1975 (período colonial a que corresponde o primeiro acervo), entre 1975 e 2002 (guerra civil, aqui evocada através de fotografias da comunicação social que documentam a contínua utilização de objectos de cestaria durante esse período) e 2002, data da última recolha, realizada já pela autora.

A colecção inicial é recolhida pelos colectores que ficaram conhecidos como “equipa do Museu” (Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira, e colectores isolados como Victor Bandeira que várias vezes trabalhou com esta equipa), ou ainda por numerosas dádivas que chegaram ao museu antes e depois de 1974. Este acervo, o mais diversificado e alargado, é gritante na sua muda falta de informação. Sónia Silva debruça-se tanto sobre a actividade de cestaria como pelas razões deste aparente abandono de elementos que, pelas suas características de objectos “fáceis”, quotidianos, “não-nobres” (categorias esmiuçadas pela autora), pouco atraíram a curiosidade dos coleccionadores. Partindo dos registos da colecta e da memória oral dos pesquisadores, a autora conduz-nos numa viagem pelas missões evangelizadoras que destruíam as cestas de adivinhação (*luvele*) e respectivo conteúdo por se tratar de “fetiches”; junto de colectores que, procurando estatuária magnificente recolhiam cestos-celeiros desmesurados; por percursos de recolecção que se socorriam do apoio do exército colonial para se movimentarem em zonas de intervenção militar. O percurso da autora por entre materiais de fibras (esteiras, cestas, chapéus, celeiros, máscaras, malas), fichas de inventários nuas de informação, registos fotográficos e entrevistas aos intervenientes, conduz-nos às questões centrais que presidiram à edificação, quase involuntária, de uma colecção sobre objectos “invisíveis” de cestaria. Os objectos angolanos correspondem à colecção recolhida no Museu, objectos recolhidos até 1972 (700 objectos guardados, a maioria das províncias de Huíla e Cunene). As fotografias, e os próprios objectos, contam-nos a história da etnografia feita por *pioneiros* como António Carreira, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira, Jorge Dias, Margot Dias, Gerhard Kubik (etnomusicólogo austríaco que recolheu objectos rituais em Angola), ou colaboradores como Victor Bandeira e Carlos Medeiros. A recolha museológica procurou obedecer aos critérios se-

guidos pela equipa do museu, como nos esclarece a autora: “*Interessa recolher objectos autênticos, os quais, na sua opinião [de Benjamim Pereira], consistem em objectos que foram utilizados no seio dos povoados, e submetidos àquilo a que ele chama de ‘experiência vivencial’*” (p. 42). Trinta anos volvidos, Sónia Silva identifica e descodifica as noções que presidiram à formação desta colecção involuntária: o critério de autenticidade, do vivido, do uso. Fiel ao princípio da integração biográfica que aplica aos objectos, a autora segue-o para os conceitos que nortearam a constituição da colecção de cestaria. A noção de autenticidade das colecções museográficas é o pretexto para uma discussão sobre a sua relevância social em diferentes períodos: “*A noção de autenticidade pressupõe o reconhecimento do valor das culturas africanas tradicionais, o que em grande parte da sociedade portuguesa dos anos setenta não sucedia. Foi por isso que ela assumiu para o Museu de Etnologia tamanha importância ideológica e mesmo científica. Podemos hoje denunciar o idealismo, romantismo, saudosismo e até “alacronismo” de alguns dos seus pressupostos e consequências (...). Mas para o Museu de Etnologia, numa década sombria que nem a revolução de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura e ao colonialismo, podia transformar de repente, reclamar autenticidade era reclamar não só beleza e destreza técnica, mas também cultura. Reclamar autenticidade era reclamar humanidade*” (p. 45).

A mesma concepção, na actualidade, remete para diferentes problemas éticos e estéticos, como lembra a autora nas páginas finais. Para além do carácter romântico e saudosista deste princípio, ele despreza os criadores actuais (que constroem objectos “não-autênticos” enquanto não-utilizados) e a sua crítica coloca-nos perante o problema da museologia enquanto um “saber da morte”, do que foi e não do que é. Princípios claramente invertidos por Sónia Silva na terceira parte do seu livro, onde a busca de objectos de cestaria é, antes de mais, uma etnografia dos refugiados *luvale* (angolanos) em Chavuma, na Zâmbia. Com eles Sónia Silva viveu, cruzou experiências, adquiriu cestos, trocou cestas usadas por tigelas de metal chinesas, discutiu a vantagem dos materiais, a história dos objectos. Esta é uma etnografia viva, já não através da história oral dos colectores mas do registo dos intervenientes. Sónia Silva beneficia de uma visão de média duração, pois percorreu os

caminhos por onde andara na recolha de informação para a sua tese de doutoramento (*Vidas em Jogo. Cestas de Adivinhação e Refugiados Angolanos na Zâmbia*, Lisboa, ICS, 2004). Na exposição este contacto privilegiado exprimia-se pelo carácter pessoalizado e sensório dos objectos expostos: fotografias de pessoas nomeadas, com uma identidade afirmada no processo narrativo dos vários registos; ao lado, um cesto luvale de peneirar farinha pedia: “cheira-me”. No projecto expositivo a realidade e o vivido foram museografados como mais um momento num percurso que não é imóvel. O chapéu, o cesto de transporte, as tigelas de plástico que vimos fotografadas no mercado, a tampa de pirão cuja execução seguimos num pequeno documentário, foram expostas perante os nossos olhos e sentidos. Mas Sónia Silva não é mais atraída pelo original ou pelo diferente: trouxe-nos antes as medidas em plástico utilizadas nos mercados, o prato esmaltado *made in China*, os objectos do quotidiano. Nos filmes que acompanhavam a mostra, cesteiros, adivinhos, homens e mulheres construíam cestos no tempo longo de quem rendilha, impondo um ritmo de normalidade às suas vidas de refugiados, deslocados e despatriados. No livro Sónia Silva alonga-se sobre estas relações. As imagens permanecem, as palavras são agora controladas pela autora que nos traz as expressões de Rose Chikunga, Nyalokina e outros. O livro beneficia, sobretudo, do aprofundamento teórico das questões colocadas na exposição sobre a autenticidade, o anonimato do objecto, a possibilidade de um corpo expositivo espelhar, mais do que uma pesquisa, uma vivência. O livro transforma os objectos mumificados em elementos de intermediação, em pretextos de pesquisa etnográfica. É esta a riqueza deste livro-catálogo, que se assume como um objecto autónomo relativamente à exposição que lhe serviu de pretexto. Paradoxalmente, é também esta a sua fragilidade. Sónia Silva coloca-nos questões e entretece uma resposta, mas o tom coloquial que enriquece o catálogo e o liga à exposição que realizou, empobrece o livro das múltiplas referências a que apela. Não deixando por isso de lançar as grandes questões da antropologia e da museologia actuais, sobre a sua relação com o vivido e o seu papel de intermediação.

No actual panorama editorial português, começam a surgir timidamente obras de pesqui-

sa sobre o continente africano, e em particular sobre os territórios colonizados por Portugal. Neste conjunto o livro de Sónia Silva merece um lugar de destaque. Pelo material recolhido. Pelos métodos seguidos. Pelos temas tocados, entre a apresentação detalhada de um período de constituição da antropologia e museografia portuguesas, de história colonial, à apresentação de um dos trabalhos mais íntimos sobre a questão dos refugiados. Mais do que um livro sobre cestaria, esta é uma obra imprescindível sobre a história de Angola, dos luvale, dos movimentos de refugiados, e sobre o papel do Ocidente enquanto interveniente e testemunha destes processos.

Clara Carvalho

Departamento de Antropologia, CEAS-ISCTE, CEA-ISCTE

MIGUEL VALE DE ALMEIDA

**OUTROS DESTINOS: ENSAIOS
DE ANTROPOLOGIA E CIDADANIA**

Porto, Campo das Letras, 2004, 253 pp.

“(...) Dei por mim a olhar para a estatueta de São Sebastião que tenho no meu escritório. Sempre me fascinou como naquela imagem se misturam feminilidade e masculinidade, dor e prazer, sofrimento pelo presente e esperança pelo futuro. Sebastião lembrou-me da razão porque escrevo publicamente sobre sexualidade e não me restrinjo à vida académica: porque é um assunto político. E quando comecei a escrever umas linhas tímidas sobre sida, foi sempre sobre os fantasmas culturais que a sociedade cultiva em torno de e a propósito da sida: os comportamentos que não sejam os da família heterossexual, reprodutiva, monógama. Como antropólogo sinto que tenho a obrigação de mostrar que nem sempre as coisas foram como são, e nem em toda a parte são como entre nós.” (p. 237)

É talvez injusto escolher como abertura do presente comentário ao último livro de Miguel Vale de Almeida (MVA) uma citação retirada de um dos poucos capítulos, de um total de catorze, cujo texto original não é dirigido à academia. Mas, justamente, identificar uma hierarquização entre o texto académico e o texto para “fora” da academia talvez faça pouco sentido na forma como a tarefa do antropólogo é apresenta por